

A Batalha de Toro (1476): a guerra em Portugal entre duas Eras

The Battle of Toro (1476): the warfare in Portugal between two Ages

*António Martins Costa**

Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa

Resumo

Ao pôr-do-sol de 1 de Março de 1476, a oeste de Toro, as tropas portuguesas de D. Afonso V e de D. João enfrentaram a hoste de Fernando, o *Católico*. Os êxitos parciais de um e de outro lado do campo prolongaram o combate para a historiografia, que se esgotou durante muito tempo na procura de um vencedor. Neste artigo pretendemos revisitar a Batalha de Toro com um novo questionário às fontes, não perdendo de vista as formas de preparar e de fazer a guerra em Portugal entre a Idade Média e a Idade Moderna. Nesse processo de continuidades e rupturas, procuraremos identificar as influências que a monarquia portuguesa captava da arte militar em transformação na Europa e da experiência do teatro de operações de Marrocos, onde o reino combatia há décadas.

Palavras-chave

História Militar Medieval; Batalha de Toro; século XV; D. Afonso V; Reis Católicos

* Correo electrónico: antonio_martinscosta@hotmail.com. ORCID: [0000-0002-1530-6227](https://orcid.org/0000-0002-1530-6227). Doutorando em História da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa

<http://www.journal-estrategica.com/>

Abstract

At sunset of 1st March, 1476, west of Toro, the portuguese troops of king Afonso V and prince João faced the army of Fernando, the Catholic. Partial successes on either side of the field prolonged the fight for historiography, which spent a long time looking for a winner. In this article we aim to revisit the Battle of Toro with a new questionnaire to the primary sources, keeping in mind how the warfare was prepared and practised in Portugal between the Medieval and the Early Modern Ages. In this process of continuities and ruptures, we will try to identify the influences that the Portuguese monarchy received from the military art that was changing in Europe and from the experience of the theater of operations in Morocco, where the kingdom fought at decades.

Keywords

Medieval Military History; Battle of Toro; XV century; Afonso V of Portugal; Catholic Monarchs

Ao meu Pai, que escolheu viver!

Introdução

Este artigo resulta de uma comunicação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a 3 de Novembro de 2017, durante o terceiro colóquio da Associação Ibérica de História Militar (séculos IV a XVI). Com o tema do evento a evocar os grandes combates campais peninsulares, foi imediata a tentação de repescarmos o objecto de estudo da dissertação de mestrado¹, um tema que nos vem suscitando novas interrogações à medida que progredimos no doutoramento: a Batalha de Toro (1476).

Observando a historiografia luso-espanhola, concluimos que o recontro de desfecho dúbio que opôs D. Afonso V de Portugal a Fernando de Aragão durante a Guerra da Sucessão de Castela ficou resumido, anos a fio, a um braço-de-ferro pelos seus louros. Chegados ao final de Oitocentos, sob o signo do positivismo, a interpretação de Toro orientava-se de tal maneira na busca de um vencedor que originara um célebre “duelo académico” entre dois investigadores: o espanhol

1 COSTA – *A Batalha de Toro...*

António Sánchez Moguel e o português António Francisco Barata². Em meados do século XX, com a história militar “desterrada” da órbita dos historiadores pelos *Annales*, era nos meios castrenses que se promovia a análise desta peleja. Alinhados com as ditaduras ibéricas, os militares reviam-se nos heroísmos de Fernando, o Católico, em Espanha³, e do alferes Duarte de Almeida, também conhecido como “o Decegado”, em Portugal⁴. Foi preciso esperar pela viragem do milénio para, na senda da renovação historiográfica⁵ levada a cabo por Christopher Allmand e Philippe Contamine, Toro ser objecto de novas perspectivas. Falamos de uma sequência de trabalhos de síntese como os dos historiadores espanhóis Rubén Saéz Abad⁶, Vicente Álvarez Palenzuela⁷ e Miguel Ángel Ladero Quesada⁸ ou, em Portugal, de textos como os de

-
- 2 As afirmações de António Sanchez Moguel nas *Reparaciones Históricas*, em 1894, de que o resultado militar da Batalha de Toro correspondeu a uma autêntica desforra de Aljubarrota provocaram uma reacção portuguesa. António Francisco Barata, dois anos depois, deu à estampa um estudo inteiramente dedicado ao combate, *A Batalha de Toro*, no qual procurou desmontar as teses do académico madrileno. Veja-se: BARATA – *A Batalha de Toro*; SÁNCHEZ MOGUEL – *Reparaciones históricas...*
- 3 Leia-se, por exemplo, a obra do general Jorge Vigón – combatente nacionalista na Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e, mais tarde, ministro das Obras Públicas (1957-1965) –, na qual ficou manifesto o elogio da organização militar dos Reis Católicos e dos dotes de comandante de Fernando de Aragão na Batalha de Toro, onde este príncipe havia conseguido, na opinião do autor, uma vitória demolidora sobre D. Afonso V de Portugal. Veja-se: VIGÓN SUERO-DÍAZ – *El Ejército de los Reyes Católicos*. A Batalha de Toro parece ter continuado na mira dos militares espanhóis, que aquando das comemorações dos seus 500 anos lhe dedicaram na imprensa castrense pequenos artigos de análise estratégica, tática e política. Leia-se: BARRIOS GUTIERREZ – “La voluntad de vencer en la batalla de Toro”, *Revista de Historia Militar*, pp. 57-67; CASAS DE LA VEJA – “Visión táctica actual de la batalla de Toro”, *Ibidem*, pp. 69-87; MACIÁ SERRANO – “La batalla de Toro y la unidad nacional”, *Ibidem*, pp. 47-56.
- 4 A exaltação da figura de Duarte de Almeida (que perdeu as mãos na defesa do estandarte real) no olhar sobre a Batalha de Toro ficou patente na célebre obra do general Luís Augusto Ferreira Martins, dada à estampa em 1947 – MARTINS – *História do Exército Português*, pp. 95-96. Mais tarde, aquando do início dos conflitos coloniais, o alferes tornou-se um ícone de propaganda em publicações do *Jornal do Exército*, numa altura em que a “palavra de ordem” do Estado apelou ao sacrifício extremo pela Pátria – CERQUEIRA – “Os Porta-Bandeira, sua tradição”, *Jornal do Exército*, ano 1, n.º 2 (Fev. 1960); “Duarte de Almeida, o Decegado”, *Ibidem*, ano 3, n.º 28 (Abr. 1962).
- 5 Sobre a renovação da história militar medieval no último terço do século XX e os seus impactos em Portugal, leia-se: MONTEIRO – MARTINS, “The Medieval Military History” in AAVV, *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, pp. 459-481.
- 6 SÁEZ ABAD – *La Batalla de Toro, 1476...*
- 7 ÁLVAREZ PALENZUELA – “Una Divina Retribución: la batalla de Toro en la mentalidad castellana” in AAVV, *A guerra e a sociedade na Idade Média...*, pp. 35-55.
- 8 LADERO QUESADA – “La época dos los Reyes Católicos” in AAVV, *Historia Militar de España*, pp. 343-377.

Luís Miguel Duarte⁹ e de João Gouveia Monteiro¹⁰, além das teses académicas de Marcelo Encarnação¹¹ e de nós próprios¹².

Abandonando velhas discussões, decidimos olhar a batalha enquanto um dos acontecimentos bélicos mais representativos do século XV português. Enquadrado na sua campanha, o combate será observado: por um lado, considerando os aspectos mais reveladores da transição na forma de combater na Europa entre a Idade Média e a Idade Moderna; por outro lado, procurando traços da experiência bélica portuguesa de Quatrocentos, designadamente aquela que vinha sendo adquirida em Marrocos, a partir das praças conquistadas ao reino de Fez. Deste modo, a análise da campanha de Toro numa perspectiva panorâmica dar-nos-á o pretexto para, entre o preparar e o fazer a guerra, percorrermos tópicos tão diversos – mas complementares – quanto a organização militar, a formação guerreira, o armamento, o equipamento, a estratégia e a tática.

Assim, partindo dos principais estudos, socorremo-nos de múltiplas fontes para visitar a Batalha de Toro. Atendendo ao impulso tardo-medieval da cronística como forma de propaganda régia, consultámos na perspectiva portuguesa: a *Crónica de D. Afonso V*¹³, redigida na viragem para o século XVI pelo cronista Rui de Pina; a *Crónica de D. João II*¹⁴, do seu secretário Garcia de Resende, publicada em 1545; e a *Crónica do Príncipe D. João*¹⁵, composta por volta de 1550 pelo guarda-mor da Torre do Tombo, Damião de Góis. Do lado castelhano elegemos as narrativas que considerámos mais representativas, que na sua maioria foram escritas mais cedo do que as congéneres lusas: a *Crónica de Enrique IV*¹⁶ (que abarca ainda o início do reinado seguinte), de Alonso de Palência, cronista oficial até 1480; a *Crónica de los Reyes Católicos*¹⁷, logo iniciada pelo sucessor de Palência, Fernando del Pulgar, que viveu de perto as

9 DUARTE – “A Guerra com Castela (1475-1479): Toro” in AAVV, *Nova História Militar de Portugal*, pp. 372-391.

10 MONTEIRO – “A batalha de Toro (1 ou 2 de março de 1476)” in AAVV, *História Militar de Portugal*, pp. 196-206.

11 ENCARNAÇÃO – *A Batalha de Toro*.

12 COSTA – *A Batalha de Toro...*

13 PINA – “Chronica do Senhor Rey Dom Affonso V” in *Crónicas de Rui de Pina...*

14 RESENDE – *Crónica de D. João II e Miscelânea*.

15 GÓIS – *Chronica do Príncipe Dom Ioam*.

16 PALÊNCIA – *Crónica de Enrique IV...*

17 PULGAR – *Crónica de los Reyes Católicos*.

aventuras da Guerra da Sucessão de Castela e que foi, talvez, o “historiador” mais ilustre daquela Corte; a *Crónica de los Reyes Católicos*¹⁸, entretanto escrita pelo célebre tratadista Diego de Valera; a *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel*¹⁹, composta na viragem para o século XVI por Andrés Bernaldez, capelão do arcebispo de Sevilha; e os *Anales de la Corona de Aragón*²⁰, uma narrativa afecta ao reino mais oriental da península realizada ao redor de 1550 pelo cronista Jerónimo de Zurita. Mas com as crónicas cruzámos ainda certa documentação, com destaque para: os relatos sobre o combate de Fernando de Aragão²¹ e de D. João II de Portugal²²; alguns diplomas das Chancelarias dos Reis Católicos, do *Africano* e do *Príncipe Perfeito*; bem como os apontamentos do conhecido secretário régio português, Álvaro Lopes de Chaves²³.

1. O regresso ao teatro de operações ibérico: prepara-se uma expedição

No virar de página para a Época Moderna, em meados do século XV, assistimos a uma escalada de violência por toda a Cristandade²⁴. A vida é marcada pelo compasso da Guerra das Rosas em Inglaterra, dos conflitos gauleses de Luís XI e Carlos, o Temerário, e da ameaça Turca sobre os Balcãs e a Península Itálica, uma vez conquistada a mítica Constantinopla. Lutando pela supremacia do poder régio e pela definição de fronteiras²⁵, as “cabeças coroadas” impulsionam a arte bélica a um nível sem precedentes no Ocidente Medieval – de tal forma que alguns historiadores já reconhecem neste período traços da polémica «Revolução Militar»²⁶, considerando aspectos como: o crescimento em tamanho dos

18 VALERA – *Crónica de los Reyes Católicos*.

19 BERNÁLDEZ – *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel...*

20 ZURITA – *Anales de Aragón*. Consultável online em: <https://ifc.dpz.es/publicaciones/ver/id/2448>

21 SALVÁ, SAINZ DE BARANDA – “Batalla de Toro” in *Coleccion de Documentos...*, pp. 396-400.

22 PEREIRA – “Descrição da Batalha de Toro” in *Documentos Históricos...*, pp. 158-160.

23 CHAVES – *Livro de apontamentos, 1438-1489...*

24 HALL – *Weapons & Warfare in Renaissance Europe...*, pp. 105-134.

25 LE GOFF – *A civilização do Ocidente Medieval*, pp. 144-145.

26 Referimo-nos ao conceito de «Revolução Militar» que Michael Roberts propôs, em 1955, considerando uma transformação espectacular na arte da guerra que teria ocorrido no século XVII aquando das reformas bélicas de Gustavo Adolfo e de Maurício de Nassau. Mas a proposta do historiador inglês tem vindo a ser debatida por outros pares, que lhe vêm retocando os conteúdos e as cronologias. Sobre a evolução desse

exércitos (onde surgem certos corpos permanentes), o prolongamento das campanhas, o destronar da cavalaria pelos homens apeados e a afirmação das armas de fogo (ligeiras e pesadas).

Não alheio a estas dinâmicas da forma de combater, o reino de Portugal vinha deslocando desde o início de Quatrocentos o seu horizonte marcial para o Atlântico, um espaço em que, segundo Bernardo Vasconcelos e Sousa, encontrou saída para o “impasse ibérico”²⁷. A monarquia portuguesa aposta na transformação de uma esquadra de galés para uma força de alto bordo; experimenta a ameaça das tribos dos negros nos contactos litorais com a África subsaariana; mas, sobretudo, sustenta uma guerra permanente em Marrocos, onde alimenta um velho sonho expansionista frente ao Islão²⁸. Se exceptuarmos as curtas expedições terrestres a Castela durante regência do infante D. Pedro (1441, 1444 e 1445)²⁹ ou a breve Batalha de Alfarrobeira (1449)³⁰, é sobre o reino de Fez que a dinastia de Avis aponta armas, conquistando fortalezas como Ceuta (1415)³¹, Alcácer-Ceguer (1458), Arzila e Tânger (1471)³² – não esquecendo, pelo meio, a infeliz expedição sobre esta praça chefiada por D. Henrique (1437)³³. Porém, a manutenção dos castelos norte-africanos obriga a um esforço militar permanente, com processos de recrutamento e de abastecimento exigentes para o reino. Em inferioridade numérica, as forças das guarnições cristãs vêm-se constantemente obrigadas à defesa das praças, em torno das quais aprendem formas próprias de vigia e alerta, o chamado “segurar o campo”. Ao mesmo tempo, desenvolvem incursões regulares em território inimigo, as ditas “almogava-

debate, que faz recuar a discussão à Idade Média, leia-se: ROGERS – “The Military Revolutions of the Hundred Years War” in AAVV, *The Military Revolution Debate...*, pp. 55-93. Entre os historiadores portugueses, veja-se: DUARTE – “A «Revolução Militar» começou na Idade Média” in AAVV, *Nova História Militar de Portugal*, pp. 347-349; VARRANDAS – “Os exércitos medievais: continuidade e ruptura nas vésperas da conquista do Novo Mundo”, *Raízes Medievais do Brasil Moderno: actas*, pp. 183-207.

27 SOUSA – “O mar como saída” in AAVV, *História de Portugal*, p. 172.

28 COSTA – *A Batalha de Toro...*, p. 100.

29 MONTEIRO – “Reagir à crise e abraçar o Oceano” in AAVV, *História Militar de Portugal*, p. 153.

30 A respeito da Batalha de Alfarrobeira, veja-se o incontornável trabalho: MORENO – *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, 2 vol.

31 Acerca da tomada Ceuta de 1415 e da aprendizagem da guerra norte-africana pelos portugueses, leia-se: MONTEIRO – COSTA – *1415 – A conquista de Ceuta*.

32 A propósito da tomada de Arzila, veja-se a seguinte dissertação de mestrado: DIAS – *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471*.

33 Sobre o célebre desastre de Tânger, leia-se a dissertação de mestrado aqui indicada: MOREIRA – *A campanha militar de Tânger (1433-1437)*.

rias” – operações em que a cavalaria é preponderante pela sua mobilidade para a pilhagem de gado, alfaias e riquezas, quando não para o aprisionamento de mouros, num mundo em que a economia do resgate se revela lucrativa³⁴. Porém, a entrada no último quartel do século XV anuncia o regresso da Coroa lusa às campanhas ibéricas...

A nossa história é conhecida. Na madrugada de 12 de Dezembro de 1474, em Madrid, Henrique IV fecha os olhos pela última vez. O monarca castelhano deixa um reino fracturado entre os partidários da realeza da sua meia-irmã Isabel³⁵, casada com o príncipe Fernando de Aragão, e os que sustentam a legitimidade da sua filha Joana, cuja paternidade os opositores atribuem ao cortesão Beltrán de la Cueva³⁶. Na busca de apoio para a causa da princesa órfã, um conjunto de senhores encabeçado pelo marquês de Vilhena, Diogo Pacheco, logo faz chegar ao rei de Portugal, D. Afonso V, uma mensagem com aquela que diz ser a última vontade de Henrique IV: que o soberano entre em Castela e case com Joana, sua sobrinha, de modo a defender os seus direitos reais³⁷.

A perspectiva da guerra no reino vizinho eleva a parada. Não admira, pois, o braço-de-ferro jogado no conselho régio que reúne na vila de Estremoz: contra o conflito, alegando a volatilidade dos apoiantes castelhanos, posiciona-se um grupo liderado pelo arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa, e pela Casa de Bragança, através do seu herdeiro, D. Fernando (parente de Isabel, a Católica)³⁸; pela intervenção, revela-se um

34 DUARTE – “A guerra em Marrocos: aprender tudo de novo” in *Ob. Cit.*, pp. 409-417.

35 Filha do rei João II e de sua segunda mulher, Isabel, a meia-irmã de Henrique IV tornou-se “bandeira” do grupo senhorial que contestava o governo régio e que, num gesto de força, levou o soberano a declará-la sua sucessora, em 1468, no Pacto de Toros de Guisando. Porém, Isabel violou o acordo no ano seguinte ao casar com o príncipe Fernando de Aragão contra a vontade de Henrique IV, que logo reabilitou a sua filha, Joana, como herdeira. Acerca do sinuoso percurso de afirmação de Isabel durante o reinado de seu meio-irmão, veja-se o seguinte estudo: VAL VALDIVIESO – *Isabel La Católica, Princesa (1468-1474)*.

36 Sobre o turbulento reinado de Henrique IV de Castela leia-se a seguinte biografia: SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Enrique IV de Castilla: la difamación como arma política*.

37 GOMES – *D. Afonso V, o Africano*, pp. 205-207.

38 D. Fernando, duque de Guimarães e primogénito da Casa de Bragança em 1475, era primo co-irmão da mãe de Isabel, a Católica, de quem esta herdou o nome – a consorte de João II de Castela nasceu do casamento do infante D. João (havido de D. João I e de D. Filipa de Lencastre) e de D. Isabel (filha de D. Afonso, primeiro duque de Bragança, e de D. Beatriz de Alvim). Reforçavam os laços de parentesco o matrimónio de D. Fernando com uma prima co-irmã e homónima de Isabel, a Católica – a mulher daquele nobre era filha da duquesa de Viseu, D. Brites, por sua vez irmã da viúva de João II de Castela. Veja-se: SOUSA – “Refundado o reino, estabilizar a dinastia” in *História de Portugal*, pp. 148-149.

sector encabeçado pelo príncipe D. João, animado pela oportunidade de dominar o trono vizinho³⁹. Mas, antes de uma decisão sobre a guerra, começa a ser objecto de atenção a organização militar do reino, como podemos constatar por um precioso parecer dirigido ao soberano que chegou até nós pela mão do secretário régio Álvaro Lopes de Chaves⁴⁰.

Figura 1. Os reinos ibéricos em meados do século XV



Fonte: GARCIA DE CORTAZAR – *Atlas de Historia de España*, p. 217.

Nesse documento, três conselheiros do rei – o filho do defunto capitão de Alcácer-Ceguer (D. Duarte de Meneses⁴¹, morto em 1464 ao cobrir uma retirada de D. Afonso V na Serra de Benacofu) e bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, o prior do Crato, D. Vasco de Ataíde, e o camareiro-mor, Lopo de Albuquerque – apelam para a urgência da reparação de castelos raianos e da nomeação de fronteiros, mas acima de tudo para a importância do apuramento de homens para a hoste e, com mais de-

39 COSTA – *A Batalha de Toro...*, pp. 62-63.

40 CHAVES – *Livro de apontamentos, 1438-1489...*, pp. 52-61.

41 Acerca do fronteiro D. Duarte de Meneses, um dos mais notáveis combatentes no Magrebe do século XV, pode ler-se o recente artigo (COSTA – *D. Duarte de Meneses...*), que se encontra-se *online* nesta revista através do seguinte link: <https://www.journal-estrategica.com/pdf/numero-2/duarte-de-meneses.pdf>

talhe, para a necessidade do seu equipamento⁴². Por um lado, propõem medidas de estímulo à produção e venda de armas no reino, como a isenção de imposto sobre a sua comercialização⁴³. Por outro lado, informam-nos de dois importantes mercados de importação à época, a Flandres e a Península Itálica, de onde sugerem a aquisição de quantidades expressivas de armamento defensivo, referindo a urgência de 1 000 arneses, 1 000 cobertas, 500 couraças, 500 gibanetes e 500 capacetes; quanto ao armamento ofensivo, mencionam 200 lanças, 200 bestas de garrucha, 1 000 000 de virotões, a par das armas pirobalísticas em afirmação, umas 200 bombardas “meãs”, 500 “tiros” e 160 quintais de pólvora⁴⁴. Por fim, os conselheiros apelam para a (sempre difícil) necessidade de garantir no reino montadas para a guerra, valorizando os cavalos ao ponto de proporem que os oficiais régios que os não possuem, como devem, percam os seus cargos⁴⁵!

Entretanto, no início de 1475, D. Afonso V decide-se pela intervenção no reino vizinho. O monarca anima-se com a chegada de certidões de fidelidade à causa de Joana da parte de “pesos pesados” dos senhores de Castela, tais como o duque de Arévalo, D. Álvaro Estuñiga, o arcebispo de Toledo, D. Afonso Carrilho, e o mestre de Calatrava, D. Rodrigo Téllez Giron⁴⁶. Ciente da dimensão ibérica do confronto, o soberano propõe uma aliança ao rei de França, Luís XI, que disputa o território do Rossilhão, nos Pirenéus, com o pai de Fernando, o Católico, João II de Aragão – procurando assim obrigar a uma futura dispersão das forças adversárias⁴⁷. Mas o primeiro trimestre do ano não termina sem um intenso vaivém de embaixadas entre D. Afonso V e os Reis Católicos que, segundo Rui de Pina, esgota a “justificação de leis”⁴⁸. Abre-se a porta ao mais que previsível conflito.

42 CHAVES – *Livro de apontamentos, 1438-1489...*, pp. 52-54.

43 IDEM – *Ibidem*, p. 54.

44 IDEM – *Ibidem*, pp. 54-57.

45 IDEM – *Ibidem*, pp. 58-59. Acerca do armamento utilizado em Portugal na segunda metade do século XV, leia-se a seguinte dissertação de mestrado: ARAÚJO – *As Tapeçarias de Pastrana...*

46 A propósito dos apoios senhoriais castelhanos à causa de D. Joana, que em boa parte entroncavam em linhagens nobres portuguesas, veja-se o seguinte estudo: VENTURA – “A nobreza lusa refugiada em Cáceres, Zamora e Toro: opções senhoriais nas vésperas de um Estado centralizado”, *Separata do SVMVS PHILOLOGVS NECNON VERBORVM IMPERATOR...*, pp. 235-253.

47 SERRÃO – *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, p. 96.

48 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CCIV, p. 830.

Em Portugal, a hoste régia é convocada para, passada a época das chuvas, concentrar em Maio na vila fronteiriça de Arronches⁴⁹. Mas enquanto os homens se apetrecham para a guerra urge garantir o sustento da campanha, pelo que a Coroa passa deitar mão a uma série de meios, recursos e agentes. Em Évora, as Cortes que reúnem entre Fevereiro e Março aprovaram a concessão de três pedidos de financiamento⁵⁰; afectam-se múltiplas rendas régias, com destaque para as receitas ultramarinas do arrendamento das pescas entre o Cabo Bojador e a Pedra Galé⁵¹; mas recorre-se também a empréstimos particulares como os das comunidades judaicas, tão protegidas pelo rei⁵². A estas somas podemos juntar o recurso extraordinário, ao longo da empresa, à tributação de povoações inimigas em troca de paz ou mesmo à recolha coerciva de prata eclesiástica em Portugal. Sabemos que o custo para a Coroa da expedição de D. Afonso V em Castela – de Maio de 1475 a Junho de 1476 – ascendeu a 275 000 dobras de ouro⁵³, confirmando a tendência do crescimento das despesas militares das monarquias europeias, mais “musculadas” para sustentar estas empresas⁵⁴. Trata-se, afinal, de um valor bem superior ao da Batalha de Alfarrobeira de 1449, que orçou em 22 000 dobras, ou mesmo da armada sobre Alcácer-Ceguer de 1458, que custou 104 000 dobras⁵⁵!

O sorvedouro de cabedais com não é para menos. Sabemos que, em meados de Maio de 1475, D. Afonso V cruza a fronteira de Arronches à frente de uma numerosa hoste. De acordo com os três cronistas portugueses que seguimos⁵⁶, no alardo realizado ao cabo de poucos dias, em Piedra Buena, contam-se 5 600 homens de cavalo e 14 000 de pé – havendo ainda que considerar os pajens, criados e artífices ligados ao trem de apoio, a par das gentes do comércio e dos serviços que gravitam em torno dos exércitos. Como consegue um reino com uma população que, segundo estimativas demográficas, mal ultrapassa um milhão de

49 IDEM – *Ibidem*, cap. CLXXIV, p. 830.

50 SOUSA – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, p. 407.

51 GOMES – *Ob. Cit.*, p. 204.

52 TAVARES – *Os Judeus em Portugal no século XV*, pp. 173-181.

53 FARO – *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481: subsídios documentais*, p. 183.

54 CONTAMINE – *La Guerre au Moyen Age*, pp. 275-296.

55 IDEM – *Ibidem*, pp. 182-183.

56 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CLXXVII, p. 832; RESENDE – *Ob. Cit.*, cap. IX, p. 7; GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. L, p. 117.

habitantes reunir tal força⁵⁷? Numa primeira abordagem, estes números podem causar-nos desconfiança. Porém, as múltiplas fontes e estudos sugerem que a monarquia portuguesa, acompanhando as suas congéneres⁵⁸, vinha desenvolvendo uma crescente capacidade de mobilização, aprimorada nos seus processos pelas campanhas que vinham tendo lugar além-mar: se nos finais do século XIV, aquando da Batalha de Aljubarrota, D. João I não chegou a reunir 10 000 homens⁵⁹, ao longo da centúria seguinte vemos a Coroa concentrar 13 000 guerreiros em Alfarrobeira (1449) e cerca de 18 000 combatentes aquando da armada sobre Arzila e Tânger (1471)⁶⁰.

Mas, afinal, que exército temos perante nós? Se exceptuarmos aquele “embrião” de exército permanente que é o corpo da guarda real, capitaneada por Vasco Sousa Chichorro⁶¹, estamos ainda perante a hoste tar-do-medieval⁶². Esta massa heterogénea de combatentes é formada pelas mesnadas da nobreza, então com a Casa de Bragança à cabeça⁶³; pelos contingentes das Ordens Militares, como as de Cristo e do Crato⁶⁴, que dizem presente à chamada; pelas milícias concelhias⁶⁵, gentes arrancadas

57 DIAS – “As realidades demográficas” in AAVV, *Nova História de Portugal*, vol. 5, pp. 11-16.

58 CONTAMINE – *La Guerre au Moyen Age*, pp. 250-257.

59 Acerca da Batalha de Aljubarrota, leia-se a seguinte monografia, resultante de um estudo prolongado e multidisciplinar: MONTEIRO – *Aljubarrota – 1385*.

60 IDEM – “Portugal adapta-se às novas formas de guerra” in AAVV, *História Militar de Portugal*, p. 172.

61 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CLXXVII, p. 832.

62 MONTEIRO – “Portugal adapta-se às novas formas de guerra” in AAVV, *Ibidem*, pp. 169-172.

63 Sabemos da participação em peso da Casa de Bragança nesta campanha. Uma vez que o titular já contava idade avançada, a mesma terá sido representada pelo seu primogénito, D. Fernando, que se reúne à hoste régia antes do alardo de Piedra Buena, contando-se ainda entre os combatentes, na descrição da coluna em marcha, os seus irmãos D. João, marquês de Montemor, e por D. Afonso, conde de Faro (PINA- *Ob. Cit.*, cap. CLXXVII, p. 832).

64 COSTA – «As Ordens Militares em combate nos finais da Idade Média: o caso da Guerra da Sucessão de Castela (1475-1479)», *Medievalista* [Online], 19 | 2016. Veja-se: URL :<http://journals.openedition.org/medievalista/1007> ; DOI : 10.4000/medievalista.1007

65 A participação municipal parece ter sido decisiva na campanha afonsina em Castela – quer ao nível dos homens mobilizados, quer dos recursos financeiros –, como demonstra um documento de 9 de Março de 1476, em que o príncipe D. João determina que os 600 000 reais prometidos pela câmara de Lisboa para o pagamento de soldados aos contingentes concelhios que se encontram com D. Afonso V em Castela não sejam jamais exigidos como foros. Veja-se: AML – AH, *Livro dos Pregos*, doc. 414 (em traslado de 2 de Abril de 1476. Também das milícias de Évora disseram presente, com destaque, na hoste régia lusa, na qual vieram a tomar parte na Batalha de Toro, com dezassete

aos mesteres e à lavoura, organizados em corpos de aquantiados – levantados pelos coudéis, armados e, eventualmente, montados de acordo com o seu nível de riqueza – e de atiradores – arrolados pelos anadéis, fossem os velhos besteiros, fossem os mais recentes espingardeiros⁶⁶; pelos grupos de homiziados, pessoas a contas com a justiça que, em troca do seu serviço militar, obtêm os seus diplomas de perdão⁶⁷; e ainda pela chamada “gente aventureira”⁶⁸, provavelmente alguns estrangeiros se-
duzidos pelo serviço ao rei de Portugal, como é costume acontecer nas guerras no Norte de África⁶⁹.

2. A campanha afonsina: a Coroa de Castela “à disposição e força das armas”

Contados os homens e os animais da hoste, D. Afonso V dá ordem para marchar em território castelhano e, na zona de Alcântara, transpõe o Tejo para Norte. A avaliar pela leitura das fontes⁷⁰, a coluna portuguesa apresenta uma ordem de marcha com a exploração do terreno assegurada, as batalhas organizadas pelos respectivos comandantes e a carriagem (com as tendas, armas e artilharias) devidamente protegida. No comando, conseguimos identificar em acção os detentores dos principais ofícios militares do reino⁷¹ no exercício das respectivas funções, tais como: D. João, marquês de Montemor, o condestável, a primeira fi-

baixas, conforme se infere no documento que os procuradores eborenses dirigem a D. Afonso V a 2 de Agosto de 1476. Veja-se: VITERBO, Sousa – *A batalha de Touro: alguns dados e documentos para a sua monographia histórica*, doc. 39, p. 123-125.

66 Acerca do corpo de espingardeiros em Portugal, veja-se a recente dissertação de mestrado: SEBASTIÃO, Pedro Filipe Fernandes, *Os espingardeiros. Um corpo militar no alvor da Modernidade (1437-1495)*.

67 Num diploma régio de 26 de Novembro de 1476 alude-se a um perdão geral aos homiziados que foram servir em Castela, ao abrigo do qual era dada carta de segurança a Diogo Afonso, carnicheiro e morador em Tavira, absolvido do crime de assassinato da própria mulher, Catarina Martins, bem como da fuga do castelo daquela vila, onde tinha sido preso. Veja-se: ANTT – *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 7, f. 110.

68 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CLXXVII, p. 832.

69 Desde a tomada de Ceuta (1415) que vinha sendo costume o serviço de estrangeiros à Coroa no Magrebe, na expectativa de honra e mercês. Num estudo recente da expedição que tomou Arzila e Tânger, quatro anos antes da entrada de afonsina em Castela, foram identificados combatentes mercenários castelhanos, ingleses e genoveses. Veja-se: DIAS – *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471*, pp. 57-58.

70 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. L, pp. 117-118; PINA – *Ob. Cit.*, cap. CLXXVII, p. 832.

71 Acerca dos cargos de comando da hoste régia portuguesa nos finais da Idade Média, leia-se: MONTEIRO – “Portugal adapta-se às novas formas de guerra” in AAVV, *História Militar de Portugal* pp. 172-174.

gura de comando da hoste régia, à qual cabe garantir disciplina, segurança e alojamento; D. Fernando Coutinho, o marechal, um cargo que secunda o anterior nas suas missões; Duarte de Almeida, o alferes, a quem cumpre a honra de carregar o estandarte real; ou Diogo de Barros, o adail, que chefia os batedores do terreno, verdadeiros “olhos” e “ouvidos” do exército. A começar pelo rei, cujo baptismo de armas conta 26 anos, tratam-se de comandantes que, em comum, acumulam a experiência adquirida no teatro de operações norte-africano – de onde chegam vários fronteirios para esta empresa, como o capitão de Alcácer-Ceguer, D. Henrique de Meneses (outro filho do infeliz D. Duarte de Meneses, a quem sucedeu no governo daquela praça)⁷².

No final de Maio, a hoste portuguesa estaciona em Plasência, senhorio do duque de Arévalo, com quem estão os principais aliados castelhanos e a jovem filha de Henrique IV. No penúltimo dia do mês, têm lugar o casamento e a aclamação de Joana, de 13 anos, e do seu tio português, 30 anos mais velho⁷³. D. Afonso V manda então cunhar moeda⁷⁴ e, com toda a pompa, intitula-se “Rey de Castella de liam de portugual de Tolledo de gualiza de cordoua de murçia de Jaen dos algarues daaquem e daallem mar em África dalyazira de gibeltar e senhor de Biscaya e de mollina”⁷⁵. Só lhe falta ganhar a guerra...

Está dado o tiro de partida para a disputa do maior trono peninsular e os teatros de operações alastram-se rapidamente a várias frentes. Desde logo, a fronteira do Entre Douro e Minho ao Algarve, sobretudo na faixa entre a Extremadura e o Alentejo, torna-se palco de ataques constantes sobre castelos, pessoas e campos⁷⁶. Pela primeira vez, um conflito ibérico ganha uma dimensão naval no Atlântico: os Reis Católicos, violando o monopólio luso além do Cabo Bojador, ordenam o ataque às caravelas que navegam no trato do ouro, da malagueta e dos escravos da Guiné⁷⁷.

72 COSTA – *A Batalha de Toro...*, p. 106.

73 IDEM – *Ibidem*, pp. 106-107.

74 A respeito da cunhagem de moeda por D. Afonso V enquanto rei de Castela e Leão, na sequência do casamento com Joana, veja-se o seguinte estudo numismático: REIS – *Moedas de Toro...*

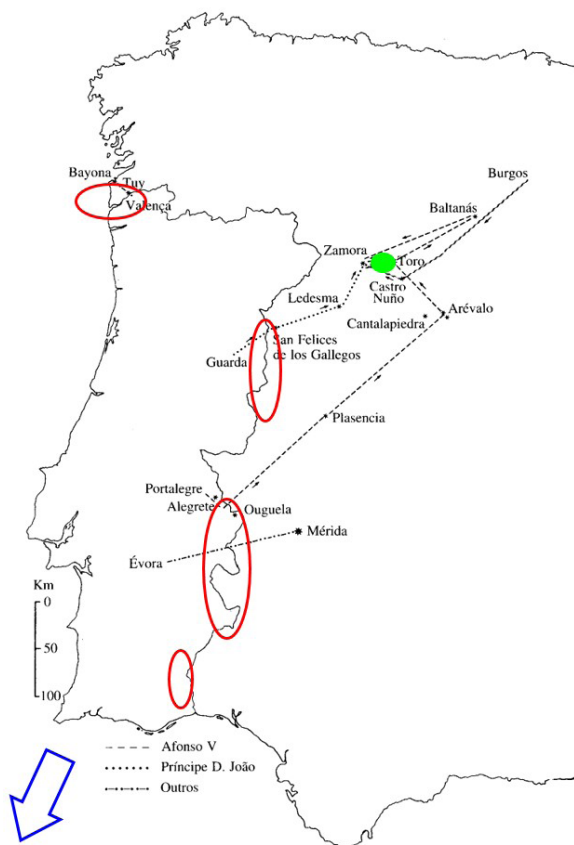
75 SERRÃO – «Documento X» in *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, p. 159.

76 A respeito das operações militares raianas durante a Guerra da Sucessão de Castela, leia-se: MORENO – “Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos”, *Revista da Faculdade de Letras*.

77 Isabel e Fernando expediam de Medina del Campo, a 27 de Julho de 1475, uma carta dirigida ao “almyrante mayor de la mar” e seus “logares tenientes”, bem como a parti-

Mas este braço-de-ferro tem o seu epicentro no vale do Douro castelhana, onde iremos incidir a nossa focagem. É aí que a partir de Junho de 1475, com a abertura das portas de Zamora, D. Afonso V dá início a uma campanha de domínio de território até regressar a Portugal, no mesmo mês de 1476. Durante um ano, o rei alimenta a esperança de consolidar os apoios em Castela e de se reunir com as forças francesas de Luís XI, cuja entrada é esperada através dos Pirenéus.

Figura 2. Três frentes de guerra: a campanha em Castela, a fronteira e o Atlântico



Fonte: DIAS – *Nova História de Portugal*, vol. 5, p. 692.

culares, fomentando a guerra no mar. Veja-se: TORRE, Antonio de la, SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – “Documento – 27” in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, pp. 87-89.

Sem pretendermos seguir exaustivamente a expedição afonsina, parece-nos que o desempenho da hoste portuguesa ao longo da segunda metade de 1475, a fazer fé nas fontes, reflecte a experiência de décadas de guerra em Marrocos. Podemos afirmar que, de uma maneira geral, estamos perante um exército maduro, com boa recolha de informações, com os comandantes a ponderarem as decisões, com as marchas organizadas, com os acampamentos seguros e com a logística garantida. No terçar das armas, a hoste revela prática nos cercos. Nos assédios mais convencionais constrói estâncias⁷⁸, divide as forças entre a cavalaria (para cobertura da operação) e a peonagem (a quem entrega o ataque) e emprega largamente a artilharia pirobalística, como na conquista de Baltanás⁷⁹, ainda que as novas armas pareçam não decidir por si só frente aos muros das fortalezas. Noutras operações de sítio, assistimos ao emprego de velhos estratagemas de assalto – dignos do defunto Geraldo, o sem Pavor – como a espectacular escalada nocturna do castelo de Cantalapedra⁸⁰. Ao mesmo tempo, o exército de D. Afonso V mostra-se hábil nos golpes de mão, alguns dos quais bastante arriscados. Basta lembrar aqueles rebates que, segundo Rui de Pina, “de dia e de noyte”⁸¹ invadem o arraial estabelecido frente a Toro por Fernando de Aragão, que logo se vê obrigado a levantar o cerco sobre as forças lusas. Tratam-se, pois, de acções rápidas em que se destacam ágeis ginetes, como é costume da guerra dos mouros⁸².

De facto, nos meses do Verão de 1475 a estrela da sorte parece sorrir a D. Afonso V, que soma uma série de fortalezas castelhanas e consegue celebrar a 7 de Setembro, em Senlis, uma aliança com Luís XI contra o rei de Aragão⁸³. Porém, os ventos vão deixando de soprar a favor do monarca português, que hesita em internar-se no coração de Castela na

78 Durante o assédio ao castelo de Toro, em Julho de 1475, o cronista castelhano Fernando del Pulgar refere que a posição dos sitiados portugueses estava especialmente bem defendida, já que D. Afonso V logo que “puso sitio sobre la fortaleza, y mandou poner las estancias que pusieran de fuera fueron tan fortificadas, que no pudieron entrar ninguno socorro de gente en la fortaleza sin recibir gran dano”. Veja-se: PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. XLI, p. 126-129.

79 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXII, p. 134-135; PINA – *Ob. Cit.*, cap. CLXXX, p. 836.

80 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CLXXXI, p. 836.

81 IDEM – *Ibidem*, cap. CLXXIX, p. 834.

82 DUARTE – “A guerra em Marrocos: aprender tudo de novo” in *Ob. Cit.*, pp. 409-417.

83 Para além da aliança contra o rei de Aragão, D. Afonso V espera de Luís XI ajuda junto do Papado tendo em vista a confirmação de dispensa de consanguinidade, bula que legitima o casamento com Joana, sua sobrinha. Veja-se: COSTA – *A Batalha de Toro...*, p. 109.

entrada do Outono. Por um lado, o rei recusa-se a socorrer as terras do marquês de Vilhena na região de Madrid. Por outro lado, o soberano desiste de socorrer Burgos, cercada pelas forças de Fernando, para desespero dos duques de Arévalo – a fortaleza está nas mãos do seu sobrinho, João de Estuñiga, que a defende como pode⁸⁴! Com a estação das chuvas à porta e na expectativa do afrouxamento das operações militares, o *Africano* fixa quartel no Douro próximo a Portugal⁸⁵, decerto por sentir ali mais segurança.

Assim, D. Afonso V começa por estacionar em Arévalo, onde a numerosa hoste, na paragem anterior, sofrera doenças infecciosas após algum tempo ali estacionada⁸⁶ – os problemas de saúde desta natureza seriam uma das consequências do crescimento dos exércitos, dada a imensa concentração de homens e de animais e a consequente produção de detritos orgânicos; haveria ainda que somar os resíduos resultantes das actividades imprescindíveis à sobrevivência da hoste, como a confecção de alimentos, a carpintaria ou a serralharia! Despedidas algumas tropas para Portugal, o rei estabelece o seu quartel em Zamora, de onde chama o príncipe D. João para reavaliar a estratégia. Porém, logo suspende a ordem ao descobrir a emboscada que a alcaidaria das torres da ponte prepara sobre o seu herdeiro. Aquelas fortificações resistem aos ataques dos portugueses com recurso a técnicas incendiárias, escadas e armas de fogo, pelo que o monarca, desconfiado dos apoios em Zamora, muda-se para Toro na companhia de Joana⁸⁷. De facto, pouco tempo depois, a cidade abre as portas a Fernando de Aragão, que impõe um sítio a uma pequena guarnição que resiste na alcáçova leal a D. Afonso V⁸⁸. Relança-se o conflito...

Em Portugal, D. João levanta um exército de reforço ao pai no meio de grandes dificuldades de recrutamento de homens e de financiamento para os soldos, com o recurso a empréstimos particulares e à arca dos órfãos a revelarem-se insuficientes⁸⁹. A falta metal precioso para cunhar moeda é tal que o príncipe ordena a sua recolha junto do primeiro es-

84 BERNÁLDEZ – *Ob. Cit.*, cap. XIX, p. 67.

85 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXIII, p. 136; PINA – *Ob. Cit.*, cap. CLXXXI, p. 636.

86 Damião de Góis refere que entre os portugueses “lhes adoeção de fructas, e do viço da terra, e morreo muita gente”. Veja-se: GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXI, p. 132.

87 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CLXXXVI, pp. 840-841; RESENDE – *Ob. Cit.*, cap. XI, p. 9.

88 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXX-LXXI, pp. 148-149.

89 RESENDE – *Ob. Cit.*, cap. XII, p. 10.

tado: o clero. Segundo o estudo de José Marques, o regente parece não olhar a meios quando, junto de certos mosteiros e igrejas no Minho, faz uso da força para obter prata⁹⁰!

Entregue a regência à princesa D. Leonor, D. João parte no fim de Janeiro de 1476 da cidade da Guarda à frente de uma hoste que, na estimativa de João Gouveia Monteiro, ronda os 10 000 homens⁹¹. Depois de atacar e queimar Ledesma e de “comprar a paz” aos habitantes de S. Felix de los Galegos a troco de bens, o príncipe reúne-se ao pai por volta de 10 de Fevereiro, em Toro, onde é recebido em festa⁹².

D. Afonso V e Fernando, o Católico, contam semanas num verdadeiro “jogo do gato e do rato”⁹³, com aproximações mútuas desde Toro e Zamora assinaladas por pequenas escaramuças. Mas para vencer a guerra é necessário arriscar. Por isso, o rei e o príncipe de Portugal, em meados de Fevereiro, decidem percorrer para Poente os quase trinta quilómetros que os separam de Zamora para instalar arraial na margem oposta à cidade, a Sul do Douro, procurando perturbar o cerco do príncipe aragonês ao castelo, do outro lado do rio. Fortificado o acampamento entre o convento de S. Francisco e a ponte, os portugueses investem contra a torre mais próxima com o recurso a bastidas de madeira e a pirobástica⁹⁴. Mas o inimigo responde com a construção de minas e afasta o perigo de um bloqueio à sua posição, ao mesmo tempo que aperta o sítio à fortaleza⁹⁵.

90 MARQUES – “O Príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das Igrejas para custear a guerra com Castela» in *Ob. Cit.*, pp. 305-324.

91 MONTEIRO – “A batalha de Toro (1 ou 2 de março de 1476)” in AAVV, *História Militar de Portugal*, p. 200.

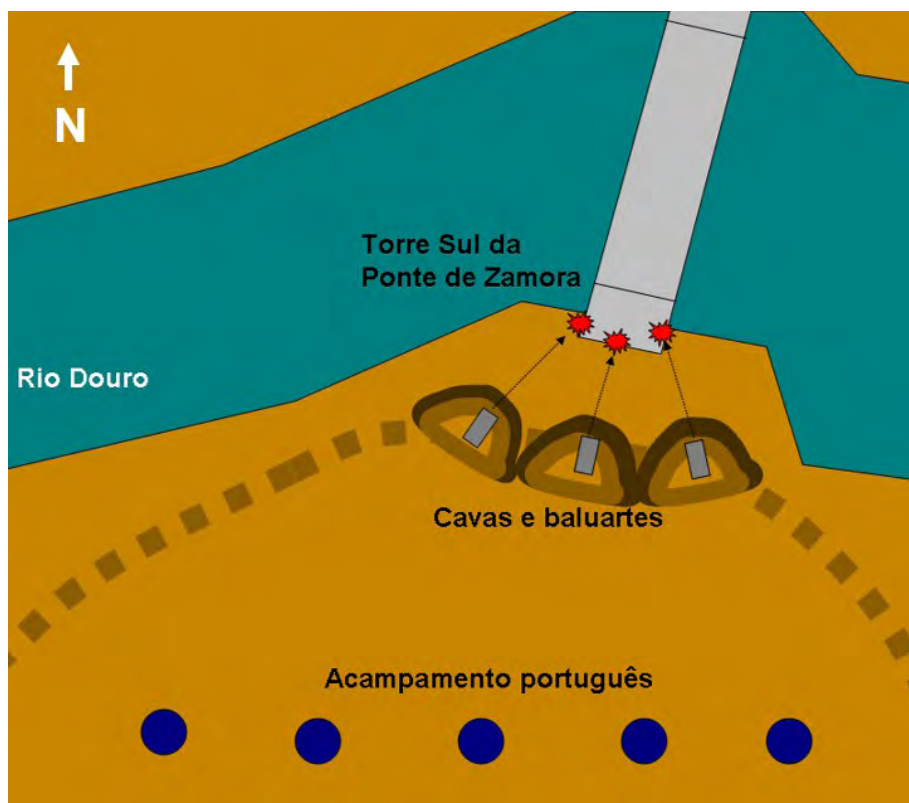
92 COSTA – *A Batalha de Toro...*, p. 115.

93 DUARTE – “A Guerra com Castela (1475-1479): Toro” in *Ob. Cit.*, p. 376

94 O relato de Fernando, o Católico, refere que a hoste afonsina, uma vez estabelecido o arraial, instalou “mantas fuertes que traia fechas para aquello, é detrás dellas assento su artilheria, com la qual comenzó luego á tirar”. Veja-se: SALVÁ, SAINZ DE BARANDA – “Batalla de Toro” in *Ob. Cit.*, pp. 396-397.

95 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CLXXXIX, p. 843.

Figura 3. O ataque português à ponte de Zamora



Fonte: Representação do autor.

Ao longo de duas semanas, a acção da hoste portuguesa revela-se tão infrutífera quanto penosa – uma operação que, segundo Garcia de Resende⁹⁶, custa grandes perdas humanas e dificuldades logísticas, agravadas pelos ataques às colunas de abastecimento lusas e pelo rigor do Inverno (o frio, o vento e as chuvas tornam o acampamento português num lamaçal pouco salubre). Por fim, de acordo com o relato de D. João⁹⁷, chega ao arraial de D. Afonso V a informação de que Fernando se prepara para atacar Toro de surpresa, num plano concertado com seu irmão, Henrique de Aragão – talvez verdade, talvez recriação do

96 RESENDE – *Ob. Cit.*, cap. XIII, p. 11.

97 PEREIRA – “Descrição da Batalha de Toro” in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, p. 157.

Príncipe Perfeito, mais tarde, para justificar de uma forma airosa o recuo do exército português, que se encontrava numa situação tudo menos confortável...

Chega a madrugada de sexta-feira, 1 de Março⁹⁸. Segundo a *Crónica de D. Afonso V*, o rei “alevantou secretamente e de súpeto seu arrayal pera a Cidade de Toro”⁹⁹, decerto para apanhar as vigias inimigas desprevenidas e ganhar tempo para marchar em segurança. De facto, a manobra resulta. A fazer fé na *Crónica de los Reyes Católicos*, só ao amanhecer as vigias castelhanas dão o alerta da partida da hoste portuguesa. Segundo a mesma fonte, Fernando ordena de imediato a saída de algumas forças, mas as estâncias construídas a Sul da ponte pelos portugueses retardam a saída das tropas castelhanas¹⁰⁰.

Ciente do risco da perseguição, a hoste lusa desloca-se em boa ordem para Nascente, junto ao rio. Seguindo a narrativa de D. João¹⁰¹, o exército português progride com os elementos mais lentos na vanguarda – o trem, a artilharia e a peonagem – às ordens do rei, ao passo que boa parte das tropas montadas segue à retaguarda sob a sua própria chefia – nos *Anales de Aragón* fala-se em 800 cavaleiros dos mais escolhidos¹⁰², facto também corroborado por Alonso de Palência, que acrescenta ainda que o príncipe se faz acompanhar pelo grosso dos espingardeiros¹⁰³. Já a força adversária, em lógica oposta, marcha com a peonagem atrás e a cavalaria na frente, precedida, de acordo com Fernando del Pulgar, de “ciertos caballeros que mando [o aragonês] escaramuçar con los portugueses”¹⁰⁴. O combate aproxima-se...

98 Como aclarou Vicente Álvarez Palenzuela, a Batalha de Toro veio a ter lugar, pese equívocos nalgumas fontes (como o relato de D. João, que indica 2 de Março), no dia 1 de Março de 1476, a primeira sexta-feira de Quaresma daquele ano, que por sinal foi bissexto. Veja-se: ÁLVAREZ PALENZUELA – “Una Divina Retribución: la batalla de Toro en la mentalidade castellana” in *Ob. Cit.*, p. 47.

99 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXC, p. 843.

100 PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. LXIV, p. 208.

101 PEREIRA – “Descrição da Batalha de Toro” in *Ob. Cit.*, p. 159.

102 ZURITA – *Ob. Cit.*, cap. XLIV.

103 PALÊNCIA – *Ob. Cit.*, livro XXV, cap. VIII, p. 156.

104 PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. LXIV, p. 208.

3. Frente a frente no campo de “Pelayo Gonzalez”: a batalha

O estado encharcado da estrada junto ao Douro atrasa a marcha da pesada hoste afonsina, avistada por Fernando de Aragão pelas duas horas¹⁰⁵. A progressão torna-se ainda mais difícil com os exércitos em contacto através dos ginetes que escaramuçam aqui e além. De resto, segundo Rui de Pina, é ferido numa destas “voltas”¹⁰⁶ o capitão de Alcácer-Ceguer, decerto na traseira da coluna pela sua prática nestas operações em África.

Mas o tempo passa e as hostes aproximam-se. De acordo com crónicas portuguesas¹⁰⁷ e com o relato de D. João¹⁰⁸, é o próprio que, a dada altura, envia um estafeta ao pai a informá-lo da proximidade do adversário e da necessidade dar batalha. Já a preparar a entrada da sua vanguarda em Toro, o rei acede aos argumentos do filho e ordena o regresso das suas forças ao terreno que este elegeu para esperar o adversário. Trata-se de um campo conhecido por “Pelayo Gonzalez”, na descrição de Fernando de Aragão¹⁰⁹, uma légua a oeste de Toro, por isso bem conhecido dos portugueses. De chão “llano”¹¹⁰ (plano), segundo Alonso de Palência, o espaço é favorável à carga a cavalo, sendo flanqueado por dois obstáculos naturais que distam entre si cerca de mil metros: a Norte, o rio Douro, e a Sul, os montes próximos da dita aldeia de Peleagonzalo¹¹¹.

Entretanto, do lado castelhano, o conselho de guerra reúne. A *Crónica de los Reyes Católicos*¹¹² mostra-nos uma assembleia hesitante em dar batalha, talvez para salientar o risco, com vozes defender o recuo pelo adiantar da hora e pela distância da sua base – contrariedades que o próprio Fernando de Aragão afirma no seu relato¹¹³. Porém, o discurso do cardeal Pedro de

105 MONTEIRO – “A batalha de Toro (1 ou 2 de março de 1476)” in *Ob. Cit.*, p. 201.

106 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXC, p. 844

107 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXXVI, p. 162; PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXC, p. 844; RESENDE – *Ob. Cit.*, cap. XIII, p. 11.

108 PEREIRA – “Descrição da Batalha de Toro” in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, p. 159.

109 SALVÁ, SAINZ DE BARANDA – “Batalla de Toro” in *Ob. Cit.*, p. 398.

110 PALÊNCIA – *Ob. Cit.*, livro XXV, cap. VIII, p. 157.

111 No final do século XIX, o terreno foi estudado, *in loco*, por Oliveira Martins, naquele que foi seu último trabalho, a obra que pretendia biografar D. João II. Veja-se: MARTINS – *O Príncipe Perfeito*, pp. 1-2.

112 PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. LXIV, pp. 210-211.

113 Numa narrativa em que se apresenta em desvantagem em relação ao adversário antes da batalha, o marido de Isabel, a Católica, refere que muitos senhores se opunham

Mendonza parece persuadir o príncipe aragonês. O influente eclesiástico-guerreiro chama à atenção do conselho para o dever de combater um rival que se apresenta para lutar, apelando a um conceito estruturante na mentalidade dos comandantes medievais: a honra cavaleiresca¹¹⁴.

Como quer que tenha sido, temos agora oportunidade de observar os exércitos que se dispõem no campo. Apesar da omissão geral das fontes sobre as dimensões das hostes, Andrés Bernáldez – o único cronista que nos fala de efectivos – indica que cada uma conta com 5 000 homens de pé, com os castelhanos a disporem de 2 500 cavaleiros e os portugueses de mais 1 000¹¹⁵; já D. João, na sua narrativa, atribui ao adversário uma vantagem de 700 a 800 lanças¹¹⁶. Portanto, será legítimo admitir que os exércitos se aproximam dos 10 000 homens, não muito díspares em tamanho – porventura com alguma vantagem castelhana, atendendo à maior capacidade de mobilização do reino¹¹⁷.

Quanto à ordem de batalha, certas fontes descrevem um modelo tático bastante detalhado das tropas lusas, como Fernando del Pulgar¹¹⁸ (que escreveu poucos anos depois do conflito, que viveu) e Damião de Góis¹¹⁹. Segundo estes cronistas, num núcleo central estão D. Afonso V e as tropas da sua Casa, alguns apoiantes castelhanos e os condes de Faro e da Feira. À direita, encontram-se os homens do arcebispo de Toledo, das Casas de Guimarães e de Vila Real (ainda que os seus titulares se encontrem na guarnição de Toro) e, próximo do rio, o grosso da peonagem – talvez por o terreno ali não ser tão praticável à cavalaria. Na esquerda do exército, um tanto afastada, posiciona-se a az de D. João, apoiada pelos soldados do bispo de Évora e de D. Pedro de Meneses, a quem cabe evitar um flanqueamento junto à corda de alturas. Por fim, à retaguarda, coloca-se uma reserva às ordens do conde de Monsanto, D. João de Castro.

a dar combate, entre outros factores, porque estavam demasiado longe de Zamora e porque “era casi puesto el sol”. Veja-se: SALVÁ, SAINZ DE BARANDA – “Batalla de Toro” in *Ob. Cit.*, pp. 397-398.

114 Veja-se: ÁLVAREZ PALENZUELA – “Una Divina Retribución: la batalla de Toro en la mentalidade castellana” in *Ob. Cit.*, p. 47.

115 BERNÁLDEZ – *Ob. Cit.*, cap. XXIII, p. 74.

116 PEREIRA – “Descrição da Batalha de Toro” in *Documentos Históricas da Cidade de Évora*, p. 158.

117 QUESADA – “Formación del ejército real permanente en la época de los Reyes Católicos” in *Historia Militar de España*, t.2, pp. 263-270.

118 PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. LXIV, pp. 211-212.

119 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXXVII, p. 163.

Para o outro lado do campo, Pulgar¹²⁰ e Góis¹²¹ descrevem uma disposição semelhante. Ao centro, encontra-se um grande corpo com a bandeira real, as tropas galegas do conde de Lemos e de vários municípios castelhanos, sob o comando de Fernando de Aragão – pese as crónicas portuguesas o coloquem junto de uma reserva, por ventura para empalidecer a sua prestação. Do lado esquerdo, estão as quatro grandes batalhas, respectivamente, do duque de Alba, do marquês de Astorga, do almirante e do cardeal, com os peões, à semelhança do inimigo, perto do rio. Do lado direito, tomam posição seis alas menores, comandadas por: Álvaro de Mendonza, Afonso de Fonseca, Pedro de Gusmão, Pedro de Velasco, Vasco de Vivero e um Bernal (dito “francês”).

Figura 4. Ordem de batalha dos exércitos castelhano (a encarnado) e português (azul)



Fonte: Representação do autor.

120 PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. LXIV, pp. 208-209.

121 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXXVI, pp. 160-161.

Porém, outros cronistas, como Rui de Pina¹²² e Garcia de Resende¹²³, referem que o exército luso forma apenas em duas batalhas, relativamente encaixadas no posicionamento rival – próprio de um esquema em espelho. Com uma disposição táctica mais ou menos complexa, certo é que do lado português estamos perante um comando bicéfalo, que podemos agrupar em dois núcleos: um à direita, chefiado pelo rei, com o grosso das tropas; outro à esquerda, às ordens do príncipe, segundo a *Crónica de D. Afonso V*, “de menos jente, porém cortesã e mui limpa”¹²⁴ – a “fina flor” dos *bellatores*.

Como mandam as praxes da guerra, sucedem-se os desafios através de reis de armas e as arengas às tropas pelos respectivos comandantes. É hora de véspera, o sol põe-se e está um céu que ameaça chuva quando as trombetas soam para o início do combate¹²⁵.

Do lado esquerdo português, recebida a ordem do rei para atacar, D. João dá ordem para o avanço dos corpos de besteiros e de espingardeiros¹²⁶ – pese a ascensão dos últimos, cremos que os primeiros são ainda mais expressivos em número, a avaliar pelo regimento da defesa de Tânger de 1472¹²⁷, que aponta para um rácio de 13 besteiros para 1 espingardeiro. Por isso, talvez seja com algum exagero que Diego de Valera refira 300 homens munidos de espingarda do lado do príncipe¹²⁸. Mas como se terão articulado as milícias de espingardeiros e de besteiros, às ordens dos respectivos anadéis? Certo é que acção combinada dos corpos de atiradores desorganiza as azes na sua frente¹²⁹, registando a *Crónica de los Reyes Católicos* o impacto das novas armas nos cavalos dos castelhanos, que “terriblemente se espantavan del sonido de las espingardas”¹³⁰. De seguida, D. João conduz os seus homens de armas numa carga demolidora¹³¹ – o cronista Jerónimo de Zurita refere que o príncipe desbaratou, de imediato, 400 cavaleiros contrários¹³²!

122 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXC, p. 844.

123 RESENDE – *Ob. Cit.*, cap. XIII, p. 12.

124 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXC, p. 844.

125 BERNÁLDEZ – *Ob. Cit.*, cap. XXIII, p. 75; PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 845.

126 Sabemos da presença inequívoca de besteiros, ao lado de espingardeiros, na batalha do príncipe por Damião de Góis. Veja-se: GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXVI, p. 162

127 BNL – *Livro da Barca da Cidade de Tanger*, códice-1782, fl. 1v-3v.

128 VALERA – *Ob. Cit.*, cap. XX, p. 70.

129 PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. LXIV, p. 212.

130 VALERA – *Ob. Cit.*, cap. XX, p. 70.

131 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 845.

132 ZURITA – *Ob. Cit.*, cap. XLIV.

No núcleo de D. Afonso V, a história é outra. Num primeiro momento, segundo Garcia de Resende¹³³, são os espingardeiros de Fernando de Aragão que perturbam a vanguarda portuguesa, verificando-se novamente o efeito da pólvora sobre as montadas – Rui de Pina vai mais longe ao dar a entender que os cavalos dão meia volta e se empinam pelo fumo e pelo ruído das espingardas, e não tanto pela eficácia do seu tiro¹³⁴! Algo desordenadas, as forças lusas vêm-se acometidas pelo ataque massivo dos homens de armas castelhanos, os ditos “acobertados”¹³⁵ (vacionados para o choque e a ruptura), para além dos “ginetes”¹³⁶ (mais ligeiros e talhados para a perseguição). Perante uma investida tão avassaladora, as tropas portuguesas, menos numerosas, cedem aqui e ali¹³⁷ e ficam cada vez mais expostas a flanqueamentos – ao fim de algum tempo, segundo Rui de Pina, o rei vê “diante antresy e a ponte de Touro muyta gente contrayra”¹³⁸!

Mais difícil de interpretar é o papel da direita portuguesa. Cremos que a peonagem, postada junto ao Douro para evitar um envolvimento, paga cara a falta de enquadramento. Deixados à sua sorte, os peões portugueses acusam o choque da massa inimiga e sofrem um autêntico desastre à beira-rio: a avaliar pelas descrições, são muitos os que em desespero se lançam à água¹³⁹ e aí perdem a vida¹⁴⁰! E as batalhas do arcebispo de Toledo, do ducado de Guimarães e do condado de Vila Real? Supondo a disposição táctica em espelho, admitimos que se tenham confrontado, em primeiro, com as azes da esquerda castelhana. Porém, tudo nos leva a crer que a proximidade destes corpos aos respectivos núcleos régios os leva, ao fim de pouco tempo, a confundir-se com o miolo – note-se que os *Anales de Aragón*¹⁴¹ referem que, batidas as tropas na sua frente, D. João refluí para o centro e dá de caras com os homens do cardeal Mendonza, os quais terão começado o combate na esquerda castelhana; da mesma forma, segundo a *Crónica de D. Afonso VI*¹⁴², o príncipe português vem a encontrar, na fase do rescaldo, o

133 RESENDE – *Ob. Cit.*, cap. XIII, p. 13.

134 Rui de Pina refere que o (grande) corpo de espingardeiros de Fernando de Aragão, com os seus tiros de frente, fez “duvydar, e enfiar os cavalos”, causando-lhes perturbação. Veja-se: PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 845.

135 IDEM – *Ibidem*, cap. CXCI, p. 845.

136 IDEM – *Ibidem*, cap. CXCI, p. 845.

137 PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. LXIV, pp. 212-213.

138 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 846.

139 PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. LXIV, p. 213.

140 SALVÁ, SAINZ DE BARANDA – “Batalla de Toro” in *Ob. Cit.*, p. 399.

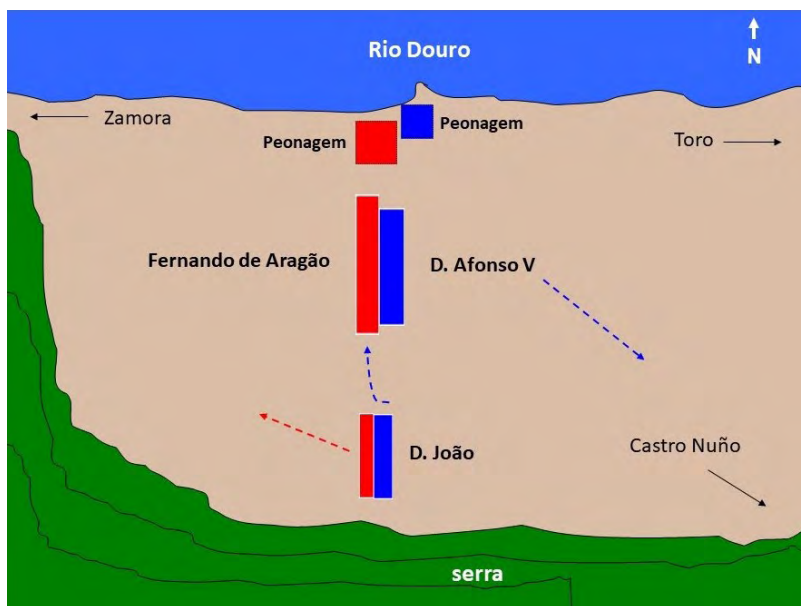
141 ZURITA – *Ob. Cit.*, cap. XLIV.

142 PINA, Rui de, *Ob. Cit.*, Cap. CXCI, p. 846.

arcebispo de Toledo, um aliado que terá iniciado a batalha à direita do seu pai. Da mesma forma, apesar de não sabermos quando, a reserva do conde de Monsanto também ocorre ao sector onde tudo se joga, o do rei¹⁴³.

Mas por mais engrossado que possa ter sido o núcleo afonsino está perdido. Entre o som dos tiros, do terçar das armas e do tropel dos cavalos, o pendão real é tomado ao alferes Duarte de Almeida, mutilado no local¹⁴⁴! D. Afonso V sente a az desorganizada, vê a bandeira cair e teme o pior pelo filho, “em quem avia menos jente e de que nom avia vista nem recado”¹⁴⁵, nas palavras de Rui de Pina. Não há coordenação entre os núcleos da hoste! Por isso, o rei acede ao conselho de retirada do galego Pedro de Sottomayor e abandona o campo em direcção ao castelo de Castro Nuño¹⁴⁶ - no dizer de Diego de Valera¹⁴⁷, com uma pequena escolta de 20 cavaleiros, provavelmente do corpo da guarda.

Figura 5. O choque dos exércitos castelhano (a encarnado) e português (a azul)



Fonte: Representação do autor.

143 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXVIII, p. 166.

144 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 846.

145 IDEM – *Ibidem*, cap. CXCI, p. 846.

146 MONTEIRO – “A batalha de Toro (1 ou 2 de março de 1476)” in *Ob. Cit.*, p. 204.

147 VALERA – *Ob. Cit.*, cap. XX, p. 71.

Passada mais de uma hora de combate anoitece¹⁴⁸ e inicia-se o rescaldo. D. João ordena a concentração de forças no sopé da serra atrás da sua bandeira¹⁴⁹, uma vez interrompida a perseguição do inimigo na sua frente e, como sugere o seu relato¹⁵⁰, depois de ensaiada a tal manobra de apoio ao pai – só suspensa pela dispersão dos seus homens no encalço dos rivais que desbaratara (boa justificação para uma narrativa laudatória...). Mas também o cardeal e o duque de Alba e suspendem os combates, depois de Fernando de Aragão lhes entregar o comando e deixar o terreno em direcção a Zamora¹⁵¹. Os chefes de ambos os lados procuram reagrupar e recolher os feridos com recurso a trombetas, atabales e fogueiras – o acender do fogo sugere que não chove, a par das referências a tiros. Mas ao mesmo tempo que se ouvem armas de fogo aqui e ali, alguns cavaleiros saem a “arremessar as lanças”¹⁵² – como naquela escaramuça que resulta na prisão do conde de Alba de Liste ou na que o escudeiro Gonçalo Peres recupera o estandarte real¹⁵³. Enfim, é o colorido da guerra medieval no seu melhor.

É noite escura e cai chuva quando o cardeal e o duque de Alba conduzem as tropas castelhanas à sua base¹⁵⁴. D. João quer ficar no campo para reclamar vitória, mas é aconselhado pelo arcebispo de Toledo a permanecer apenas três horas em vez dos três dias previstos no costume germânico¹⁵⁵. Segundo Rui de Pina, o príncipe entra vitorioso em Toro com “bandeiras despregadas (...) e regrada ordenança”¹⁵⁶, apesar de não saber do rei – só na manhã seguinte, informado do seu paradeiro, manda uma escolta trazê-lo!

Assim acaba esta peculiar batalha, cujas perdas se tornam difíceis de avaliar. As crónicas castelhanas alinham-se num discurso que quase isenta de mortos e feridos a hoste fernandina, em contraste com

148 PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. LXIV, p. 213.

149 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 846.

150 PEREIRA – “Descrição da Batalha de Toro” in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, p. 158.

151 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXXVIII, p. 167; PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. LXIV, p. 215.

152 PEREIRA – “Descrição da Batalha de Toro” in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, p. 158.

153 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 847.

154 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXXIX, p. 169; PULGAR – *Ob. Cit.*, cap. XLIV, p. 215.

155 Referimo-nos à chamada *sessio triduana* que, no Ocidente Medieval, tornavam o triunfo oficial e contestado. Veja-se: DUARTE – “A Guerra com Castela (1475-1479): Toro” in *Ob. Cit.*, p. 384.

156 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 848.

o exército luso, sobre o qual Andrés Bernáldez se atreve a pintar um quadro negro, provavelmente exagerado: 1 200 desaparecidos, entre os homens que tombaram em combate e os que se afogaram no Douro¹⁵⁷. Já as crónicas portuguesas, salientando o desbarato provocado pelo príncipe, acabam por ser ainda mais omissas quanto à quantificação da mortandade ou dos ferimentos¹⁵⁸. Aparentemente mais interessado em empolar a dureza do combate e a sua acção, D. João refere que a batalha produzira de um lado e de outro muitos feridos e mortos, embora não avance números – privilegia antes o discurso em que, como comandante piedoso, assegurou sepultura aos que faleceram através dos capitães enviados ao campo no dia seguinte à refrega¹⁵⁹.

Creemos, pois, que as baixas não terão sido significativas, nem muito díspares entre os dois exércitos: o tempo da batalha não foi longo e, a acontecer, teriam afectado a operacionalidade das hostes a partir das suas bases. De resto, com perdas expressivas não escapariam a uns e outros cronistas os nomes das vítimas mais proeminentes, como foi o caso dos prisioneiros, que também não terão sido muitos. A respeito destes, as fontes consultámos, embora falem em mais capturas, limitam-se a nomear: do lado de D. Afonso V, o alferes Duarte de Almeida; do bando de Fernando de Aragão, o conde de Alba de Liste e um “Souto-Mayor Castelhana”¹⁶⁰, a quem se recuperou o pendão real.

Nas semanas que se seguem à batalha, o castelo de Zamora rende-se ao príncipe aragonês, que parte para outras praças do Douro, sobre as quais se registam cercos prolongados com o recurso à pirobalística. A partir de Toro, D. Afonso V retoma uma inconsequente guerra de movimento, em que ensaia uma cilada a Isabel – mais como “capitão fronteiro”, na crítica de Damião de Góis¹⁶¹. O *Africano* regressa a Portugal três meses depois do combate em campo aberto para jogar o seu último trunfo: o auxílio de Luís XI leva-o a embarcar para França, por onde deambula durante um ano com uma dispendiosa comitiva¹⁶². Fracassando diplomaticamente, D. Afonso V regressa em 1477, à medida que a guerra com Castela arrefe-

157 BERNÁLDEZ – *Ob. Cit.*, cap. XXIII, p. 75.

158 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXXIX, p. 170; PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 848; RESENDE – *Ob. Cit.*, cap. XIII, p. 13.

159 PEREIRA – “Descrição da Batalha de Toro” in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, p. 58.

160 PINA – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 847.

161 GÓIS – *Ob. Cit.*, cap. LXXXVII, p. 180.

162 SERRÃO – *Ob. Cit.*, pp. 105-125.

ce – alguns combates navais e escaramuças de fronteira¹⁶³ – até, a 4 de Setembro de 1479, se assinar o Tratado de Alcáçovas¹⁶⁴.

Ainda que discutível no plano militar, a Batalha de Toro tornou-se, desde logo, objecto da construção política do êxito. Chegado a Zamora sem acompanhar o desfecho do confronto, Fernando de Aragão escreve de imediato a Isabel¹⁶⁵ num gesto de propaganda. Pede-lhe que dê conhecimento ao reino do regresso “com vitória e mucha alegria á esta cibdad” e, relatando o combate, encomenda em jeito de agradecimento “publicas é devotas procesiones, dando graacias e loores á nuestro Señor, é á la bien aventurada madre suya”¹⁶⁶. De Portugal responderia D. João II, em 1482, ao cabo de poucos meses no trono, num anúncio claro do projecto de afirmação da sua realeza. “Por quanto as cousas notavees e dignas de grande memoria especialmente aquellas que sam feitas pelos grandes rex e príncipes devem ser manifestas a todos”, justifica o *Príncipe Perfeito*, faz escrever a sua versão da Batalha de Toro para, no seu dia¹⁶⁷, ser narrada nas homilias e se realizar “sollene precissom” de louvor aos patronos de Portugal, que, afinal, o haviam conduzido à vitória: Nosso Senhor, Virgem Maria, S. Jorge e S. Cristóvão¹⁶⁸!

Conclusão

Em jeito de balanço, Toro apresenta-se como uma das melhores janelas de observação para a paisagem de transformações na arte da guerra em Portugal entre a Idade Média e o Renascimento. Identificar neste objecto de estudo traços da pretensa “Revolução Militar” europeia obriga-nos, porém, a assinalar matizes, pois essa evolução ocorre entre rupturas e continuidades: corroboramos, por um lado, um exército que cresce, uma campanha que se estende e armas pirobalísticas que se vão

163 COSTA – *A Batalha de Toro...*, pp. 129-131.

164 MENDONÇA – *As Relações Externas de Portugal nos finais da Idade Média*, pp. 22-28; ROMERO PORTILLA – *Dos monarquías medievales ante la modernidade...*, pp. 152-163.

165 A rainha castelhana, no dia seguinte à batalha, tomou parte (descalça) numa procissão de acção de graças ao Mosteiro de S. Paulo, em Tordesilhas. A memória de Toro pelos Reis Católicos passaria pela sua visita solene à Catedral de Toledo, onde entregam despojos, bem como pela construção de San Juan de los Reyes, que pretende immortalizar o seu êxito militar. Veja-se: Veja-se: ÁLVAREZ PALENZUELA – “Una Divina Retribución: la batalla de Toro en la mentalidade castellana” in *Ob. Cit.*, p. 51.

166 SALVÁ, SAINZ DE BARANDA – “Batalla de Toro” in *Ob. Cit.*, pp. 396-400.

167 PEREIRA – “Descrição da Batalha de Toro” in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, pp. 369-370.

168 IDEM – “Procissão commemorativa da Batalha de Toro” in *Ibidem*, pp. 369-371.

afirmando; mas, por outro lado, constatamos que estamos ainda perante o grosso da velha hoste medieval, uma cavalaria longe de destronada pela infantaria (antes redefinindo o seu lugar) e as armas de fogo, com uma eficácia relativa, a coexistirem imenso armamento neurobalístico.

Acerca da experiência marcial portuguesa de Quatrocentos, cremos que o estado de guerra endémico em Marrocos de mais de meio século se reflecte numa organização militar do reino “oleada”, como ficou visível nos conselhos de preparação do conflito, nas formas de angariação de recursos e no processo de mobilização. Na mesma linha, a hoste régia apresentou uma maturidade operacional considerável em campanha no reino vizinho, com um particular à-vontade nos assédios e na dita “guerra guerreada”, tão ao jeito dos mouros, onde as tropas montadas desempenham um papel crucial.

Ocorrida ao cabo de um ano de expedição de D. Afonso V em Castela, a Batalha de Toro não poderia sintetizar melhor essa guerra de transição: revela-se um combate em que se escutam aqui e ali os tiros das armas de fogo mas que, em boa medida, é decidido pelo choque de homens de armas na planície, um terreno favorável à carga a cavalo. Cremos fazer-se luz que, do lado português, estamos perante um comando bipartido, um exército com dois núcleos, com uma força mais numerosa junto ao rio às ordens de D. Afonso V e uma menor próxima da serra chefiada por D. João – que sabemos incluir besteiros, espingardeiros e boa gente de guerra e que, ao contrário da anterior, se revelou bem sucedida.

Porém, permanece um lastro de sombras. Qual a verdadeira dimensão dos exércitos? Estes equivaliam-se em tipo de combatentes? No núcleo português, D. Afonso V não dispôs de atiradores de besta ou de espingarda para desorganizar o ataque de Fernando ou os cronistas, na sua mentalidade cavaleiresca, fizeram tábua-rasa da acção daquelas gentes? Em que momento e de que forma as batalhas dos senhores da direita e da retaguarda lusas terão apoiado o miolo? Junto ao rio, o insucesso das gentes de pé, apesar de aparentemente isoladas como “carne para canhão”, não aponta para que a infantaria de choque fosse ainda o “parente pobre” da hoste portuguesa em matéria de preparação e equipamento? No núcleo da esquerda, às ordens de D. João, como se terão disposto e coordenado, num primeiro momento, besteiros e espingardeiros? Depois, até que ponto a dispersão de homens do príncipe na perseguição de adversários em fuga condicionou o apoio ao rei, no centro do terreno?

Assim, à distância de 600 anos, acreditamos no aclaramento da Batalha de Toro, cujas fontes, nas suas omissões e contradições, suscitam um rasto de interrogações. De facto, para os seus contemporâneos a construção da memória visou objectivos muito próprios. Em Castela e em Portugal, durante uma década, as Coroas celebraram a vitória da batalha a partir da leitura solene das respectivas versões e da realização de cerimónias religiosas em acção de graças. Eram os sinais dos tempos. Afinal, tratava-se de colocar a informação dos acontecimentos militares ao serviço de um poder régio em afirmação!

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1. Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (AML – AH)

a) *Livro dos Pregos*, doc. 414.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

a) Chancelarias Reais

D. Afonso V

Livros 7

Biblioteca Nacional de Portugal (BNL)

Códices

Livro da Barca da Cidade de Tanger, códice-1782.

1.2. Fontes impressas

BERNDÁLDEZ, Andrés, *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel escrita por el Bachiller Andrés Bernáldez, Cura que fué la villa de los Palácios, y Capellan de D. Diego Deza, Arzobispo de Sevilla*, t. 1, Imprenta que fue de J. M. Geofrin, Sevilla, 1869.

CHAVES, Álvaro Lopes de, *Livro de apontamentos, 1438-1489: Códice 443 da Coleção Pombalina da B. N. L.*, introd. e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1983.

FARO, Jorge, *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481: subsídios documentais*, Publicações do Centro de Estudos Económicos, Lisboa, 1965.

- GÓIS, Damião de, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, ed. crítica e comentada de Graça de Almeida Fernandes, Universidade Nova, Lisboa, 1977.
- PALENCIA, Alonso de, *Crónica de Enrique IV, escrita en latín por Alonso de Palencia*, D. A. Paz y Melia (trad.), Revista de Archivos, Madrid, 1908, vol. 4 [https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10068763].
- PEREIRA, Gabriel, “Descrição da Batalha de Toro” in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998, pp. 158-160.
- IDEM, “Procissão commemorativa da Batalha de Toro” in *Ibidem*, pp. 369-371.
- PINA, Rui de, *Crónicas de Rui de Pina: D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, M. Lopes De Almeida (introd. e rev.), Lello & Irmão, Porto, 1977.
- PULGAR, Fernando del, *Crónica de los Reyes Católicos*, edición y estudio por Juan de Mata Carriazo, vol. 1, Espasa-Calpe, Madrid, 1943.
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, ed. conforme a de 1798, introdução de J. Veríssimo Serrão, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1991.
- SALVÁ, Miguel, SAINZ DE BARANDA, Pedro, “Batalla de Toro” in *Colección de Documentos Inéditos para La Historia de España*, t. 13, Imprenta de la Viuda de Calero, Madrid, 1848, pp. 396-400.
- TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. 1, Gráficas Andrés Martín, Valladolid, 1958.
- VALERA, Diego de, *Crónica de los Reyes Católicos*, Juan de Mata Carriazo (ed.), Revista de Filología-Española, Madrid, 1927.
- ZURITA, Jerónimo de, *Anales de Aragón*, edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero, Libro XIX, Institución Fernando el Católico, Zaragoza, 2003 [<https://ifc.dpz.es/publicaciones/ver/id/2448>].

2. Obras gerais e dicionários

- AAVV, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Luís de Albuquerque (dir.), Francisco Contente Domingues (coord.), 2 vol., Círculo de Leitores, [Lisboa], 1994.

- AAVV, *Historia de España*, A. Dominguez Ortiz (dir.), 2ª ed., t. 4: De la crisis medieval al Renacimiento (siglos XIV-XV), Planeta, Barcelona, 1989.
- AAVV, *História de Portugal*, Rui Ramos (coord.), 3ª ed.. A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009.
- AAVV, *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), 1ª ed., José João Alves Dias (coord.), vol. 5, Editorial Presença, Lisboa, 1998.
- AAVV, *The New Cambridge Medieval History*, Christopher Allmand (ed.), vol. 8 – c. 1415 – c. 1500, Cambridge University Press, Cambridge, 1998.
- GARCÍA DE CORTAZAR, Fernando, *Atlas de Historia de España*, Planeta, Barcelona, 2005.
- LE GOFF, Jacques, *A civilização do Ocidente Medieval*, 2ª ed., vol. 1, Editorial Estampa, Lisboa, 1983.

3. Estudos

- AAVV, *Guerra e Poder na Europa Medieval: das Cruzadas à Guerra dos 100 anos*, João Gouveia Monteiro (coord.), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.
- AAVV, *European Warfare, 1350-1750*, Frank Tallet and D. J. B. Trim (ed), Cambridge University Press, Cambridge, 2010.
- AAVV, *Historia Militar de España*, t.2, Miguel Ángel Ladero Quesada (coord.), Ministerio de Defensa, Madrid, 2015.
- AAVV, *História Militar de Portugal*, Nuno Severiano Teixeira (coord.), A Esfera dos Livros, Lisboa, 2017, pp. 196-206.
- AAVV, *The Medieval World at War*, Matthew Bennett (ed.), Thames & Hudson, London, 2009.
- AAVV, *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), vol. 1., José Mattoso (coord.), Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2003.
- ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel, “Una Divina Retribución: la batalla de Toro en la mentalidad castellana” in AAVV, *A guerra e a sociedade na Idade Média: VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, vol. 1, Campo Militar de S. Jorge, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Porto de Mós, Alcobaça, Batalha, 2009, pp. 35-55.

- ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana: uma iconografia da guerra*, dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (não publicada), Lisboa, 2012.
- BARATA, António Francisco, *A Batalha de Toro*, Typografia da Aurora do Cavado, Barcelos, 1896.
- BARRIOS GUTIERREZ, Juan, “La voluntad de vencer en la batalla de Toro”, *Revista de Historia Militar*, nº 46 (1979), pp. 57-67.
- BRADBURY, Jim, *The medieval siege*, The Boydell Press, Woodbrige, 1992.
- CASAS DE LA VEGA, Rafael, “Visión táctica actual de la batalla de Toro”, *Revista de Historia Militar*, 46 (1979), pp. 69-87.
- CERQUEIRA, Manuel, “Os Porta-Bandeira, sua tradição”, *Jornal do Exército*, ano 1, nº 2 (Fev. 1960).
- CONTAMINE, Philippe, *La Guerre au Moyen Âge*, 6ª ed., Presses Universitaires de France, Paris, 2003.
- COSTA, António Carlos Martins, *A Batalha de Toro e as relações entre Portugal e Castela: dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (não publicada), Lisboa, 2011.
- IDEM, “As Ordens Militares em combate nos finais da Idade Média: o caso da Guerra da Sucessão de Castela (1475-1479)”, *Medievalista* [Online], nº 19 (2016) [<https://medievalista.fcsh.unl.pt/MEDIEVALISTA19/PDF19/PDFcosta1907.pdf>].
- IDEM, “D. Duarte de Meneses : o sangue e as armas nos final da Idade Média”, *e-Strategica* [Online], nº 2 (2018) [<https://www.journal-estrategica.com/pdf/numero-2/duarte-de-meneses.pdf>].
- DIAS, Paulo Alexandre Mesquita, *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471*, dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (não publicada), Lisboa, 2015.
- “Duarte de Almeida, o Decegado”, *Ibidem*, ano 3, nº 28 (Abr. 1962).
- ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto da, *A Batalha de Toro*, Fronteira do Caos, [Porto], 2014.
- FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo, “La batalla de Toro (1476). Datos y documentos para su monografía histórica”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, nº 38 (1901), pp. 249-267.

- GOMES, Saul António, *D. Afonso V, o Africano*, col. Reis de Portugal, coord. José Mattoso, Círculo de Leitores, [Lisboa], 2006.
- FARINHA, António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*, 2ª ed., revista, Instituto Camões, Lisboa, 2002.
- FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, col. Reis de Portugal, coord. José Mattoso, Círculo de Leitores, [Lisboa], 2005.
- HALL, Bert S., *Weapons & Warfare in Renaissance Europe: gunpowder, technology, and tactics*, The John Hopkins University Press, Baltimore & London, 1997.
- MACIÁ SERRANO, Antonio, “La batalla de Toro y la unidad nacional”, *Revista de Historia Militar*, nº 46 (1979), pp. 47-56.
- MARTINS, Luís Augusto Ferreira, *História do Exército Português*, Editorial Inquérito Lda., Lisboa, 1945.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *O Príncipe Perfeito*, introdução e notas de Henrique de Barros Gomes, Guimarães & C.ª Editores, Lisboa, 1954.
- MARQUES, José, “O Príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das Igrejas para custear a guerra com Castela” in *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1994, pp. 305-324.
- MENDONÇA, Manuela, *As Relações Externas de Portugal nos finais da Idade Média*, Colibri, Lisboa, 2004.
- IDEM, *D. João II: um percurso humano e político nas origens da Modernidade em Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995.
- MONTEIRO, João Gouveia, *Aljubarrota – 1385*, 2ª ed., col. Batalhas de Portugal, Tribuna da História, Lisboa, 2009.
- IDEM – *Lições de História da Idade Média (séculos IX-XV)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.
- IDEM, COSTA, António Martins, *1415 – A conquista de Ceuta*, Manuscrito, Lisboa, 2015.
- IDEM, MARTINS, Miguel Gomes, “The Medieval Military History” in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, José Mattoso (dir), Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, 2011, pp. 459-481.
- MOREIRA, Hugo, *A campanha militar de Tânger (1433-1437)*, dissertação de Mestrado em História da Idade Média e do Renascimento apresen-

- tada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (não publicada), Porto, 2009.
- MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1980, 2 vol.
- IDEM, “Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, série 2, vol. 10 (Porto, 1993).
- REIS, Pedro Batalha, *Moedas de Toro: estudos das moedas d’El-Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela, e Leão*, 2ª ed., [s. n.], Lisboa, 1935.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “A coabitação das armas de propulsão neurobalística e das armas de fogo na primeira fase do processo expansionista português em Marrocos (1415-1458)”, *e-Strategica* [Online], nº 1 (2017) [<http://www.journal-estrategica.com/pdf/numero-1/a-coabitacao-das-armas-na-processo-expansionista-portugues-em-marrocos.pdf>]
- ROGERS, Clifford J., *Essays on medieval military history: strategy, military revolutions and the Hundred Years War*, Ashgate, Farnham, 2010.
- IDEM, “The Military Revolutions of the Hundred Years War”, in AAVV, *The Military Revolution Debate. Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*, Clifford J. Rogers (ed.), Westview Press, Boulder, 1995, pp. 55-93.
- ROMERO PORTILLA, Paz, *Dos monarquías medievales ante la modernidad: relaciones entre Portugal y Castilla (1431-1479)*, Universidade da Coruña, La Coruña, 1999.
- SÁEZ ABAD, Rubén, *La Batalla de Toro, 1476: La Guerra de Sucesión Castellana*, col. Guerreros y Batallas – 57, Almena, Madrid, 2009.
- SÁNCHEZ MOGUEL, Antonio, *Reparaciones históricas: estudios peninsulares*, primera serie, [s.n.], Madrid, 1894.
- SEBASTIÃO, Pedro Filipe Fernandes, *Os espingardeiros. Um corpo militar no alvor da Modernidade (1437-1495)*, dissertação de mestrado na especialidade de Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (não publicada), Coimbra, 2018.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, Paris, 1975.

- SOUSA, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. 1, I. N. I. C., C. H. U. P, Porto, 1990.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Enrique IV de Castilla: la difamación como arma política*, Ariel, Barcelona, 2013.
- IDEM, *Isabel I, Rainha de Castela*, Ana Doolin (trad.), Edições Tenacitas, Coimbra, 2008.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982.
- VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del, *Isabel La Católica, Princesa (1468-1474)*, Instituto Isabel La Católica de Historia Eclesiástica, Valladolid, 1974.
- VARANDAS, José, “Os exércitos medievais: continuidade e ruptura nas vésperas da conquista do Novo Mundo”, *Raízes Medievais do Brasil Moderno: actas*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2008, pp. 183-207.
- VENTURA, Margarida Garcez, “A nobreza lusa refugiada em Cáceres, Zamora e Toro: opções senhorialistas nas vésperas de um Estado centralizado”, *Separata do SVMVS PHILOLOGVS NECNON VERBORVM IMPERATOR. Colectânea de Estudos em Homenagem ao seu académico de mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90º Aniversário*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2004, pp. 235-253.
- VIGÓN SUERO-DÍAZ, Jorge, *El Ejército de los Reyes Católicos*, Editora Nacional, Madrid, 1968.
- VITERBO, Sousa, *A batalha de Touro: alguns dados e documentos para a sua monographia histórica*, Typographia Universal, Lisboa, 1900.

Fecha de recepción: 16 de abril de 2022.

Fecha de aceptación: 25 de mayo de 2020.